

Conhecimentos Específicos

01. A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 em seu artigo 1º apresenta os conceitos de educação e ensino. Nesta conformidade os conceitos de educação e ensino diferem quanto à sua amplitude e abrangência, a saber:

- a) O conceito de educação envolve todas as influências que o indivíduo recebe em sua vida, e o conceito de ensino é mais restrito atendo-se à educação escolar. Todo o ensino é educação, mas nem toda educação é ensino.
- b) Os conceitos de educação e de ensino são coincidentes e envolvem a educação formal, desenvolvida nas escolas, e a educação não formal desenvolvida em outras instituições e circunstâncias diversas da vida em sociedade.
- c) Toda educação é ensino pois é sempre uma atividade intencional, sistemática, seqüencial e orientada por fins e objetivos previamente estabelecidos.
- d) A adoção abrangente da educação, englobando a plenitude da vida cultural, reforça o necessário isolamento da escola em relação ao mundo exterior.

02. A unidade escolar, ao elaborar e executar seu projeto pedagógico, construindo a sua autonomia e executando a sua atividade fim, o ensino-aprendizagem, deve buscar perseguir e alcançar os fins nacionais propostos pela:

- a) Constituição de 1946 que gerou a Lei nº 4.024/1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que vigorou a partir de 1962.
- b) Constituição de 1988, em especial o artigo 205 que declara que a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- c) Lei 5692/1971, elaborada e promulgada durante o Regime Militar, que não foi revogada pela Lei 9394/96.
- d) Lei 9394/96, que devido ao seu caráter neoliberal, estabelece que as leis gerais são aquelas de economia de mercado e não da economia política.

03. Na Constituição do Brasil, em vigor, a educação é um direito social fundado na cidadania, e a educação no ensino fundamental, gratuita e obrigatória, tornou-se direito público subjetivo. Direito público subjetivo é aquele pelo qual a(o):

- a) Pessoa tem direito de solicitar vaga em escola pública, desde que haja vaga, pois o prédio físico é limitado. O sujeito deste dever é o Estado, que pode apresentar um plano de obras para atender as pessoas em determinado prazo.
- b) Titular de um direito pode exigir direta e imediatamente do Estado o cumprimento de um dever e de uma obrigação. O sujeito deste direito é o Estado, sob cuja alçada deve estar situada essa etapa de escolaridade.
- c) Pessoa tem dever de solicitar a vaga quando essa é negada, mesmo tendo que aguardar a sua vez no chamado "livro de demanda". Mas o estado tem também o dever de garantir a vaga.
- d) Estado tem a obrigação de atender as crianças a partir de 6 anos até os 14 anos, mas as famílias podem optar pela não matrícula.

04. Os novos marcos da educação infantil pós LDB (Lei nº 9394/96) como parte inicial da educação básica, implica:

- a) Definir as creches como um equipamento que deve desempenhar funções educacionais e assistenciais.
- b) Nas novas perspectivas do assistir ou do educar, visando a Educação Infantil como compensação/prevenção de carências.

c) No fortalecimento dos movimentos sociais organizados em torno dos direitos e dos "professores" leigos tão presentes na educação infantil do Brasil.

d) Nas novas concepções de espaço físico, novas organizações dos tempos e das rotinas, novas relações entre educador e criança e em nova relação creche-família.

05. Toda a legislação pós 1988 e 1996 aponta o grande projeto democrático de construir uma escola aberta, inclusiva, com qualidade e com aprendizagens significativas. No entanto, a realidade aponta formas insidiosas de exclusão social, em especial

- a) O analfabetismo, o semi-analfabetismo, a evasão e o fracasso escolar, a elevada porcentagem de crianças analfabetas com escolarização (analfabetas funcionais).
- b) A gestão democrática das escolas públicas.
- c) A integração da escola com a comunidade escolar e educativa.
- d) O baixo nível da escola pública, associado a um forte processo seletivo.

06. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)–Lei nº 8.069/90, uma lei decorrente do Art. 227 da Constituição Federal, parte da concepção da criança como sujeito de direitos e de deveres. O ECA prevê, no Art.112, várias medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente uma vez verificada a prática de ato infracional, que não se confunde com a indisciplina escolar. Em qualquer circunstância, quer seja em relação ao ato infracional como ao ato disciplinar. A escola deve ter presente, o seu caráter:

- a) Autoritário e punitivo e não apenas educativo e pedagógico.
- b) Educativo e pedagógico e não o autoritário e punitivo.
- c) De instituição que encaminha ao Conselho Tutelar e ao Juízo da Infância da Juventude, e sem função pedagógica.
- d) Decisório e soberano, tendo competência para suspender direitos, estabelecendo a expulsão da criança.

07. A legislação educacional estabelece como uma das competências e obrigações do professor "zelar pela aprendizagem dos alunos". Uma das necessárias atitudes de "zelo pela aprendizagem" é a realização, pelo professor, da sondagem sobre o que o aluno já sabe e o que o aluno não sabe, e precisa aprender. Precisa fazer um diagnóstico sobre o que os alunos sabem para decidir o quê e como ensiná-los, o que deve ser feito, verificando:

- a) A matéria ensinada pelo professor do ano anterior.
- b) Os ensinamentos informais, como os da pré-escola, para os alunos do 1º ano.
- c) Os acertos e erros em uma prova de textos sobre certo conteúdo, elaborada para verificar a habilidade de leitura, interpretação e compreensão de textos.
- d) O percurso de aprendizagem de cada um dos alunos, por meio de entrevistas individuais, provas abertas e problematizadoras de conteúdos programáticos.

08. A partir da promulgação da Constituição de 1988, do Estatuto do Menor e do Adolescente em 1990 e da Lei de Diretrizes da Educação Nacional em 1996, das Diretrizes Curriculares Nacionais em 1999, do Plano Nacional de Educação em 2001 e, ainda, das legislações educacionais em nível estadual e municipal, mudanças vêm sendo introduzidas nas áreas administrativa e pedagógica de creches e pré-escolas. As novas proposições legais enfatizam, dentre vários aspectos:

- I. A integração das instituições que atendem de 0 a 6 anos aos sistemas educacionais;
- II. A implementação de projetos pedagógicos que consideram a criança pequena na sua totalidade;

- III. A articulação com as famílias e a comunidade local;
IV. A formação específica dos profissionais;
V. A integração cuidar/educar nas atividades locais;
VI. A escolarização da criança pequena, impondo às pré-escolas e creches o modelo da escola de ensino fundamental;
VII. Acessibilidade universal e obrigatória à educação infantil, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

São corretos os itens:

- a) I, II, III, IV, VI.
b) I; II; III; VII.
c) I, II, III, IV, V.
d) VII, VI, V, IV.

09. Conforme disposto no artigo 3º, da Lei Federal nº 11.494/2007, os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, são compostos por 20% (vinte por cento) das seguintes fontes de receita, EXCETO:

- a) Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos previsto no inciso I do caput do art. 155 da Constituição Federal;
b) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação previsto no inciso II do caput do art. 155 combinado com o inciso IV do caput do art. 158 da Constituição Federal;
c) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores previsto no inciso III do caput do art. 155 combinado com o inciso III do caput do art. 158 da Constituição Federal;
d) Parcela do produto da arrecadação do imposto predial e territorial urbano dos municípios e do Distrito Federal.

10. Conforme disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 11.494/2007, a distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á:

- a) Entre o governo federal, governo estadual e os Municípios, na proporção do número de alunos aprovados.
b) Entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial.
c) Entre o governo federal e os Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial.
d) Entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de escolas regulares de ensino fundamental.

11. Nos termos do artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, qual a percentagem dos recursos dos Fundos será destinada a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública?

- a) 25%
b) 30%
c) 50%
d) 60%

12. Segundo disposição contida no artigo 24, parágrafo 1º, inciso IV, da lei federal nº 11.494/2007, o Conselho do FUNDEB, em âmbito municipal, deverá ser composto, no mínimo, por quantos membros?

- a) 8
b) 9
c) 10
d) 11

13. Complete: Nos termos do artigo 5º, parágrafo 6º, da Resolução nº 5, do CNE/CEB, é considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, _____

horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a _____ horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

- a) 3 – 6
b) 4 – 7
c) 4 – 8
d) 5 – 8

14. Nos termos do artigo 12, da Resolução nº 5, do CNE/CEB, a quem cabe elaborar as orientações para a implementação das Diretrizes da Educação?

- a) Ao Ministério da Educação.
b) Ao Conselho Nacional da Educação.
c) As Secretarias de Estado da Educação.
d) Ao Conselho Municipal da Educação.

15. Conforme disposto no artigo 4º da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, assinale a alternativa falsa, para fins das Diretrizes que considera-se público-alvo do Atendimento Educacional Especializado:

- a) Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
b) Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
c) Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.
d) Alunos com dependências químicas ou portadores de doenças infecto-contagiosas.

16. Conforme disposto no artigo 13, da Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, são atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, EXCETO:

- a) Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
b) Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
c) Alterar o plano de Atendimento Educacional Especializado, sempre que perceber que a avaliação e funcionalidade dos recursos pedagógicos não estiverem de acordo com as convicções para a acessibilidade dos alunos em condições especiais.
d) Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

17. Complete: Nos termos da Resolução nº 6 CNE/CEB/2010, para o ingresso na Pré-Escola, a criança deverá ter idade de _____ anos completos até o dia 31 de março do ano que ocorrer a matrícula; enquanto que o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter idade de _____ anos completos.

- a) 4 - 6
b) 3 - 6

- c) 4 - 7
d) 5 - 6

18. Complete: O § 3º do artigo 8º da Resolução nº 7/CNE/CEB/2010, fixa que a carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular será de _____ horas relógio, distribuídas em, pelo menos, _____ dias de efetivo.

- a) 700 – 200
b) 800 – 300
c) 800 – 200
d) 900 – 300

19. Complete: O artigo 8º da Resolução nº 7/CNE/CEB/2010, prescreve que o Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos _____ de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

- a) 4 (seis) aos 11 (quatorze) anos.
b) 5 (seis) aos 12 (quatorze) anos.
c) 6 (seis) aos 12 (quatorze) anos.
d) 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos.

20. Conforme disposto no artigo 37, inciso III da Constituição Federal, assinale a resposta correta:

- a) O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável duas vezes, por igual período.
b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, improrrogável.
c) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável por mais um ano.
d) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

21. Assinale a alternativa incorreta: Nos termos do parágrafo 1º, do artigo 41 da Constituição Federal, o servidor público estável só perderá o cargo:

- a) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
b) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
c) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
d) Após 10 faltas consecutivas ou 30 alternadas, sem justificativa, independente de qualquer procedimento.

22. Conforme o disposto no *artigo 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente*, as entidades que mantêm programas de abrigo, em caráter excepcional e de urgência, poderão abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato:

- a) Em três dias úteis imediato.
b) Em até quinze dias.
c) Até o segundo dia útil imediato.
d) No dia seguinte.

23. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 37 da Constituição, preencha as lacunas para responder esta questão: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter _____, _____ ou de _____ dela não podendo constar _____, _____, ou _____ que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

- a) Educativo, informativo ou de orientação social – nomes, símbolos ou imagens.
b) Preventivo, informativo ou de orientação geral - agentes, logotipos ou imagens.

- c) Educativo, preventivo ou de orientação política – marcas, símbolos ou imagens.
d) Informativo, orientador ou de educação moral – símbolos, partidos ou formas.

24. De acordo com as disposições constitucionais, sobre educação, assinale (V) para Verdadeiro e (F) para Falso:

- () Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
() Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no médio e superior.
() Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.
() A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
() A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino profissionalizante, por meio de Escolas Técnicas.
Em que ordem ficou de cima para baixo, as respostas?

- a) V – V – V – F – F.
b) V – F – V – F – F.
c) F – V – F – F – F.
d) V – F – V – V – F.

Língua Portuguesa

Texto para as questões de 25 a 34

Epidemia Polissilábica

Rio de Janeiro – Já disse que a crise é de dicionário. Paulo Rónai denunciou a existência de uma geração sem palavras. Uma só, não, digo eu. Várias. A crise é semântica, disse um professor na Sorbonne, que convocou um seminário. Pode ser, diz o Pedro Gomes. Mas é também polissilábica. E me expõe a sua tese: nenhum país aguenta tantos palavrões como os que circulam agora por aí. Palavrão no sentido estrito da palavra grande.

A maior delas, como aprendemos na remota infância, tem até governado o Brasil: inconstitucionalissimamente. Depois deste advérbio, no seu hoje modesto pioneirismo, apareceram verdadeiros bondes vocabulares. Autênticos minhocões. São cada vez mais numerosos e compridos, como a composição ferroviária que transporta minérios. A perder de vista, todos têm de cinco sílabas para cima. São centopéias de tirar o fôlego e de destroncar a língua.

Na porta do Jockey, depois do almoço, um sujeito conversava outro dia, sereno, sobre a atratividade do investimento superavitário. Temi pela sua digestão, se é que não foi vítima de uma congestão. Ou de um insulto cerebral. Mas há pessoas insuscetíveis de insulto, sobretudo cerebral. É o caso do cidadão que discorreu sobre o obstaculizado caminho que o Brasil tem de percorrer, se quiser alcançar um nível de competitividade num cenário de internacionalização do livre-cambismo.

Até a carta-testamento do Getúlio, obstaculizar não tinha feito a sua aparição triunfal. Dizem que foi idéia do Maciel Filho, que tinha este vezo nacionalista da palavra complicada. Para atacar José Américo de Almeida, história antiga, Benedito Valladares lançou no mercado a palavra boquirroto. Logo os adversários disseram que era soprado pelo Orozimbo Nonato, um íntimo do Vieira e do Bernardes. Arrazoava com cunho seiscentista.

Enfim, tudo hoje em dia gera distorções. Gerar é um verbo-ônibus. Serve para tudo. Confiemos, porém, que a seu tempo, a nível de país, na expressão abominável que hoje é corrente, a solução seja equacionada. A desestabilização extrapola de qualquer colocação. Longe de mim o catastrofismo, mas no caminho polissilábico em que vamos, a ingovernabilidade é fatal. E talvez passemos antes pela platino-dolarização contingencial. (Otto Lara Resende, *Folha de S.Paulo*, 22.jul.1991)

25. Em “E talvez passemos antes pela platino-dolarização **contingencial**.”, o termo destacado tem relação com:

- a) Completa.
- b) Eventual.
- c) Certa.
- d) Obrigatória.

26. Qual a estratégia utilizada para essa apresentação do assunto a ser tratado no texto, no primeiro parágrafo?

- a) O texto apresenta de imediato afirmações relacionadas ao excesso de polissílabos, passando, posteriormente a falar da crise da linguagem, dentre as quais a “geração sem palavras” e a “crise semântica”.
- b) O texto apresenta, em tom lamentoso, inicialmente, afirmações relacionadas à “crise do dicionário” e à “crise semântica” criticando a “geração sem palavras” para, ao final, encaminhar-se para o tema central: o excesso de polissílabos, já presente no idioma desde o século XVII com Antônio Vieira e Manuel Bernardes.
- c) O texto apresenta inicialmente afirmações relacionadas ao assunto, uma das quais a “crise de dicionário” para posteriormente encaminhar-se para o tema central: o excesso de polissílabos. O humor já surge nesse parágrafo, quando há referência aos possíveis sentidos da palavra “palavrão”.
- d) A apresentação do assunto é feita em tom satírico, no início do texto, quanto o autor faz afirmações relacionadas à “geração sem palavras”, responsável pela “crise do dicionário” e pela “crise semântica” que assola o idioma até o momento atual. Em seguida, o texto encaminha-se para o tema central: o excesso de polissílabos, iniciado pelo advérbio *inconstitucionalissimamente*, de cunho seiscentista.

27. O segundo, o terceiro e o quarto parágrafos levantam dados e desenvolvem o assunto proposto. Que tipo de dados o texto oferece na sua argumentação?

- a) A partir da célebre palavra “*inconstitucionalissimamente*”, o autor passa a citar diversos episódios em que os polissílabos foram usados de forma abusiva. O texto utiliza esses episódios e as palavras neles envolvidas como material comprobatório da tese de que os polissílabos invadiram o país.
- b) Partindo da expressão “Palavrão no sentido estrito da palavras grande”, o autor passa a citar diversos episódios em que o uso abusivo das palavras de baixo calão invadiram o idioma, tendo como material comprobatório as passagens em que cita feitos de políticos e escritores brasileiros através do uso acentuado do humor.
- c) A partir da denúncia feita por Paulo Rónai, sobre a existência de uma geração sem palavras, o autor passa a citar diversos episódios em que os polissílabos foram usados abusivamente por políticos e escritores desde o período colonial e que provocaram marcas indelévels no idioma nacional, atingindo até o nível da competitividade, “num cenário de internacionalização” polissilábico.
- d) Partindo da crise semântica, discutida por um professor na Sorbonne, o autor descreve vários episódios, utilizando o

uso de polissílabos criados por políticos e escritores, mostrando como eles invadiram o país e se tornaram o catastrofismo polissilábico abominável que levará à uma crise semântica insolúvel, já iniciada por uma geração sem palavras.

28. No segundo parágrafo do texto, o termo “*inconstitucionalissimamente*” faz alusão a um momento político da década de 1990, do qual podemos inferir alguns sentidos. Trata-se de:

- a) Um “palavrão” que governou o Brasil porque, naquele período, somente decretos e leis inconstitucionais foram encaminhados ao Congresso e aprovados pelo então presidente da República.
- b) Um polissílabo que governou o Brasil porque, em 1991, só eram encaminhados ao Congresso decretos e leis de natureza inconstitucional, que eram aprovados pelo presidente da República, quando ainda o regime era ditatorial.
- c) Um “palavrão” que governou o Brasil porque, naquele período, diversos decretos e leis inconstitucionais foram encaminhados ao Congresso (e alguns deles foram aprovados) pelo então presidente da República.
- d) Um “palavrão” que governou o Brasil porque Getúlio Vargas, então presidente, aprovou decretos e leis inconstitucionais foram encaminhados ao Congresso.

29. No terceiro parágrafo, os dizeres “Mas há pessoas insuscetíveis de insulto, sobretudo cerebral”, sugerem:

- a) Criticamente, que há pessoas cuja capacidade cerebral é limitada, o que as torna vulneráveis a insultos, que elas provavelmente não entenderiam.
- b) Ironicamente, que há pessoas incapazes de uma percepção crítica, o que as torna sujeitas a insultos, que repudiam voluntariamente.
- c) Criticamente, que há pessoas não suscetíveis devido à questões cerebrais, o que as torna vulneráveis a insultos, que elas prontamente revidam.
- d) Ironicamente, que há pessoas cuja capacidade cerebral é limitada, o que as torna vulneráveis a insultos, que elas provavelmente não entenderiam.

30. No penúltimo parágrafo, a expressão “*íntimo do Vieira e do Bernardes*” significa ser:

- a) Leitor dos autores contemporâneos da língua portuguesa, pois como o produtor do texto os conhece, pressupõe-se que o interlocutor seja capaz de entender essas referências.
- b) Leitor dos autores clássicos da língua portuguesa, pois o produtor do texto é, evidentemente, conhecedor dos Padres Antônio Vieira e Manuel Bernardes e dos outros autores citados, pressupõe-se que o leitor seja capaz de entender essas referências.
- c) Leitor dos autores clássicos da língua portuguesa, como os Padres Antônio Vieira e Manuel Bernardes, com quem o autor do texto mantém contato pessoal e que proporciona aos interlocutores a possibilidade de conhecê-los.
- d) Leitor dos autores clássicos da língua portuguesa, pois como o produtor do texto mantém com eles uma relação de familiaridade, o receptor do texto poderá também conhecê-los através de suas referências.

31. Qual das opções define adequadamente a expressão “*verbo-ônibus*”, mencionada no último parágrafo do texto.

- a) Trata-se de uma variante do verbo viajar.
- b) Trata-se de um verbo que “engloba ações” relacionadas à veiculação de idéias paradoxais, presentes em contextos diversos.

- c) Trata-se de um verbo de ação múltipla, que sugere a idéia de transações de idéias diversas em contextos amplos.
- d) Trata-se de um verbo que “serve para tudo”, ou seja, é utilizado com os mais variados sentidos nos mais diversos contextos.

32. O último parágrafo expõe a conclusão a que chega o texto. Nela, o principal recurso expressivo é a ironia, que se manifesta:

- a) Pela utilização de bondes vocabulares, que o autor considera uma forma de externar seu empenho na segregação dos polissílabos.
- b) Pela utilização de polissílabos de uso corrente, que o autor acredita ser de uso comum entre aqueles da geração sem palavras.
- c) Pela deflagração de uma epidemia polissilábica, que o autor cria para obscurecer a aridez da linguagem empolada.
- d) Pela utilização dos polissílabos de que o autor vinha falando, criando uma linguagem ridiculamente empolada.

33. O texto apresenta diversas imagens para se referir aos polissílabos, dentre elas:

- a) “Autênticos minhocões”, “centopéias de tirar o fôlego e de destronar a língua”.
- b) “Obstaculizados caminhos”, “modestos pioneirismos”.
- c) “Crises de dicionário”, “insuscetíveis insultos”.
- d) “Crises semânticas”, “epidemias polissilábicas”.

34. Considerando o texto, podemos entender que o abuso polissilábico é prejudicial à comunicação. Aponte a alternativa que melhor explica o fato.

- a) O uso de uma linguagem intencionalmente complicada pode significar um desejo expresso de desinformar ou mascarar a realidade por meio de palavras.
- b) O abuso de uma linguagem intencionalmente complicada pode significar um desejo, entre os interlocutores, de impedirem uma maior aproximação pessoal, quando mascaram a realidade com diálogos sem sentido.
- c) O abuso polissilábico pode significar um desejo, de um dos interlocutores, de expressar superioridade lingüística, dificultando ao outro o entendimento de palavras empoladas.
- d) O uso de uma linguagem polissilábica pode significar um desejo dos interlocutores de expressar erudição por meio de palavras, prejudicando um contato amistoso.

35. De acordo com a norma culta, aponte a alternativa correta para completar as lacunas da frase.

“Os objetos que _____ estão em ordem; _____ ainda hoje, conforme _____.”

- a) Enviaram-me; devolvê-los-ei; lhes prometi.
- b) Enviaram-me, os devolverei; prometi-lhes.
- c) Me enviaram; os devolverei; prometi-lhes.
- d) Me enviaram; devolvê-los-ei; lhes prometi.

36. Indique a opção em que o acento indicativo de crase é exigido:

- a) Muitos compreendem melhor o mundo em que vivem a medida que conhecem outras culturas.
- b) A adesão a uma atividade esportiva durante o verão é privilégio de poucos.
- c) A experiência anterior levou a jovem a voltar ao escritório como gerente.
- d) O adolescente referiu-se a sua viagem com entusiasmo.

37. Uma das opções contém uma oração subordinada adverbial temporal.

- a) Quero passar uns dias descansando na casa de campo, sem que nada me incomode.
- b) Sua sensibilidade é tão afinada quanto sua inteligência.
- c) Quanto mais nos dedicamos aos estudos, mais aprendemos.
- d) Beatriz me fala de sua vida passada enquanto caminhamos lado a lado.

38. Indique a oração subordinada substantiva subjetiva entre as opções abaixo:

- a) Sinto mudarem as mentalidades.
- b) Deixe que eu descanse.
- c) É necessário que se estabeleça um projeto para o país.
- d) Minha vontade é que se consigam superar as atuais dificuldades.

39. A oração “Não se verificou, todavia, uma alteração completa de gosto e de estilo.” tem valor:

- a) Explicativo.
- b) Alternativo.
- c) Concessivo.
- d) Adversativo.

40. Escolha a alternativa que apresenta um verbo no **pretérito perfeito**.

- a) Espero que você já tenha encontrado uma saída.
- b) Quando puder, irei visitá-lo.
- c) É possível que ela compareça às aulas amanhã.
- d) Aguardarei até ela completar seu discurso para expor minha opinião.